

REGIÃO NOROESTE

Enquanto aeronave que caiu sobre duas casas e causou morte de piloto é retirada, prefeitura reforça pedido ao governo federal para assumir a área para construção de moradias e escolas

Aeroporto segue sem destino

BERNARDO ESTILAC

O acidente do último sábado, quando um avião caiu sobre duas casas no Bairro Jardim Montanhês, reacendeu uma antiga discussão sobre a segurança do Aeroporto Carlos Prates e a rotina de medo e indignação dos moradores de seu entorno. Há mais de 70 anos em atividade, o terminal foi espremi-do pelo crescimento da Regional Noroeste e os acidentes aéreos ino-terminam discussões recentes pelo fim das suas atividades. Após os adimen-tos, o impasse parece rumar, enfim, para uma solução definiti-va e cria-se, então, nova discussão: o que fazer com a área do aeropor-to? A aeronave que caiu no sábado era pilotada pelo oftalmologista Jo-sé Luiz de Oliveira Filho, de 65 anos, que morreu na queda, e a filha de-le, Jéssica de Oliveira Carvalho, de 33, segue internada no Hospital de Pronto-Socorro João XXIII. A aere-nave acidentada foi retirada do lo-cal ontem.

A tragédia aumenta uma lista que assusta moradores da região. Entre 2004 e 2020, foram houve 47 ocorrências relacionadas ao termi-nal, sendo sete acidentes, cinco mor-tos e seis feridos, segundo levanta-mento da Casa Comum, escola de formação política do Núcleo de Es-tudos Sociopolíticos da PUC Minas. O recorte histórico do levanta-mento para em 2020, ano em que a re-percussão de duas quedas de avião na mesma rua do Bairro Caçara, ocorridas em 2019 e que causaram quatro mortes, suscitou a pauta do fechamento do terminal. Em janei-ro de 2021, o então ministro da In-fraestrutura, Tarcísio de Freitas, pu-blicou uma decisão que determina-va que a Empresa Brasileira de In-fraestrutura Aeroportuária (Infrae) encerraria as atividades no termi-nal até o fim daquele ano.

A seis dias do prazo que deter-minava o fim da gestão da Infraero no aeroporto, a decisão foi adia-da pelo Ministério da Infraestrutura até maio de 2022. À época, a Prefei-tura de Belo Horizonte já manifes-tava interesse em assumir a ope-ração do terminal e dar uma utiliza-ção social ao espaço, em compa-ração ao projeto federal de entregar a área para leilão imobiliário. Em abril de 2022, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) estendeu o pra-zo para janeiro de 2023. Em portá-ria publicada a dias do vencimento, novo adiamento determinou que a gestão federal do aeroporto fosse encerrada em 1º de abril deste ano.

Nenhum dos adlamentos foi justifi-cado nos documentos.

No sábado, após mais um aci-dente com vítimas, Fuad Noman (PSD) foi incisivo ao anunciar que pretende municipalizar o terminal e mudar a destinação do terreno. "Não podemos mais permitir que acidentes assim aconteçam. Por isso, sigo com minha proposta de utilizar a área do aeroporto para construção de moradias, parques, escolas, centro de saúde e toda a in-fraestrutura urbana necessária para a população", disse ele pelas re-des sociais.

Ontem, Noman se encontrou com o governador Romeu Zema (Novo) e o futuro do aeroporto foi colocado na pauta. O prefeito também aproveitou a visita do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) a Belo Horizonte para pedir apoio na cessão da área do termi-nal ao município. "Vou me dedicar à questão do Aeroporto Carlos Prates com projeto de moradia e um parque para a cidade", disse o vice-presidente.

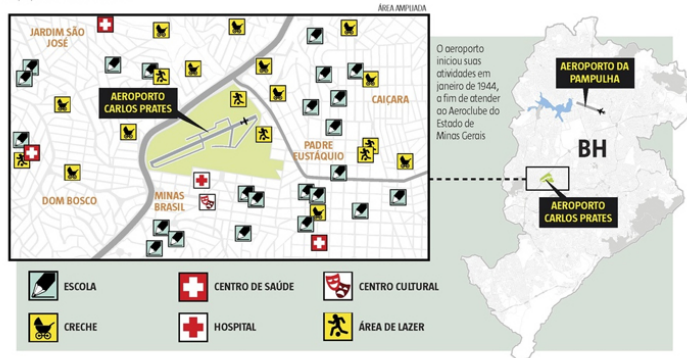
Para a arquiteta urbanista e coordenadora da Casa Comum, Ra-chel Almeida, a municipalização é um sinal, ainda que incipiente, de que os moradores do entorno do aeroporto poderão ter dias mais tranquilos. "Certamente a gente acredita que a municipalização é o melhor caminho, mas qualquer projeto tem que ser coletivo e de-mocrático. Não pode ser um proje-to de gabinete ou que atenda ex-clusivamente a um interesse imo-biliário", avalla.

Rachel Almeida conta que o Ca-sa Comum foi convidado por mo-radores de bairros próximos ao ae-roporto para produzir materiais e uma base argumentativa para que grupos locais sustentassem os pe-didos de encerramento das ativi-dades na área em audiência públi-ca na Câmara dos Deputados, em dezembro de 2021. O resultado dos trabalhos levanta pontos impor-tantes no planejamento para uso da área no futuro. Para ela, destinar a área a fundos imobiliários signi-ficaria adensar um local que já é muito populoso e que tem de-manda por equipamentos cultu-rais e ambientais não respondida pela estrutura atual da região.

A arquiteta ressalta que os bai-rros da Regional Noroeste come-çaram a ser populados nos anos 1950 e têm hoje uma lógica resi-dencial já consolidada, mas que precisa de investimentos em ou-tros serviços urbanos. "Nós come-

O MAPA DO RISCO

Entorno do Aeroporto Carlos Prates tem alta densidade populacional e abriga hospitais, igrejas, escolas, creches e outros equipamentos urbanos



Trabalho delicado de içamento do monomotor durou o dia todo

çamos a fazer esse diagnóstico do processo de ocupação dessa área, do patrimônio material e imate-rial e do significado dessa paisa-gem urbana consolidada. Por tudo isso, temos que cuidar da destina-ção do aeroporto, uma área três

vezes maior que a do Parque Mu-nicipal, por exemplo. Sabemos que não há condições de manter um parque do tamanho da área, mas tem de haver uma destinação multiuso, com habitação social, hora comunitária, espaços públi-

cos de qualidade, espaços destina-dos a práticas culturais", analisa.

O levantamento realizado pelo Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas mostra que a Regi-ão Noroeste tem a menor quanti-dade de áreas verdes da cidade e o

aeroporto pode ser uma das últi-mas alternativas de criar um espa-ço desta natureza na região. Em 2020, a Mata dos Morcegos, penúl-tima grande área verde dos arredores, foi destinada à construção do estádio do Atlético.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Gerais Pagina: 9